

Da Europa para Portugal

Pós-Covid



Dar Voz à Juventude

#AcreditaremPortugal

Juventude Popular e a Europa

I. JP e a Europa

A Juventude Popular é profundamente europeísta e sublinha a importância de Portugal ter aderido ao projeto Europeu. O desenvolvimento que daí adveio é inegável, do ponto de vista económico, social e até da consolidação da democracia. Este é também o momento de evocar os valores para nós basilares e de reforçar a defesa da Europa e da União Europeia em que acreditamos.

Este é o momento de lembrar os Estados. Lembrar que são eles os protagonistas do projeto Europeu, na medida em que partilham de forma voluntária parte da sua soberania. Esta Europa de Estados é a que defendemos na Juventude Popular. A Europa que desejamos é uma Europa subsidiária, útil aos seus cidadãos e que pauta a sua ação com base no impacto que assume nas suas vidas. Recusamos de forma inequívoca uma Europa uniforme e centralizada.

A Europa que defendemos é Atlântica, ocidental e defensora da ordem multilateral. Ela é uma Europa de parcerias, de compromissos e de consensos. É nesta Europa que queremos que Portugal cresça e floresça.

70 anos passaram desde a Declaração de Schuman e a Europa enfrenta dificuldades e incertezas. Muitos defendem que a solução passa por maior integração. A esses respondemos que não. A Europa em que acreditamos não precisa de mais integração, mas sim de maior cooperação. Não precisa de harmonização fiscal, mas sim de competição e de concorrência. Não precisa de impostos Europeus, mas sim de respeitar a soberania dos países. A Europa que defendemos não se superioriza aos Estados que a compõem. Ela reconhece-lhes o direito de veto. Ela é livre e plural. Moderada e aberta. Ela respeita os Estados por igual e nunca será federal.

Este é também o momento de afirmar o nosso país. Este Portugal europeu, livre e democrático que precisa de ser defendido. Porque se para muitos ele é periférico, a verdade é que na Europa que defendemos, ele é central, é a porta para África e para o continente americano.

70 anos passaram e hoje a Europa precisa de quem tenha uma visão para o seu futuro. Hoje, a Juventude Popular assume-se novamente como a defensora duma Europa descentralizada e cuja prioridade maior são os seus cidadãos. Há 70 anos o “velho continente” precisou de líderes corajosos e hoje volta a precisar deles. Se os “Pais da Europa” começam a desaparecer, hoje somos nós, os seus filhos e netos que a vamos proteger.

II. A União Europeia e os desafios em 2020

A União Europeia chega a 2020 com mais um desafio para resolver. Depois de desafiada pela crise das dívidas soberanas iniciada em 2008, com a crise dos refugiados que atingiu o seu pico em 2015 e de ter sido desafiada externamente por países como a China, nomeadamente através do seu programa *One Belt, One Road* e ao nível das TELECOM com o 5G da Huawei a ganhar popularidade um pouco por toda a Europa, pela Rússia ao invadir a Crimeia e até mesmo pelos EUA que, nos últimos anos, têm vindo a desafiar as regras e Instituições que ajudaram a criar, a UE depara-se agora com um vírus que desafia a sua existência, que a obrigou a colocar em suspenso uma das suas maiores conquistas – a liberdade de circulação – ao fechar fronteiras, obrigou a parar as empresas e a congelar a economia. Depois do vírus, virá – e já chegou - uma pandemia económica que não deixará nenhum país europeu a salvo. A Europa do amanhã, provavelmente não será igual à de hoje. Cabe à **Juventude Popular (JP)** antever os desafios que se aproximam e definir a sua posição relativamente aos mesmos, preparando-se para um debate que será intenso e que colocará em causa a sua visão de Europa.

III. A reação Europeia

A pandemia da COVID-19 apanhou a comunidade Internacional de surpresa e obrigou os decisores políticos a ter de, muito rapidamente, encontrar soluções para conter a propagação do vírus e assim garantir a proteção dos povos Europeus. Desde cedo se percebeu o seguinte: o combate à crise sanitária, ao vírus propriamente dito, seria a primeira batalha duma guerra mais longa e cuja segunda batalha seria económica e financeira. De acordo com as previsões já conhecidas, o cenário que se antevê é catastrófico. A economia da zona euro tem sofrido uma contração sem precedentes desde que o coronavírus (COVID-19) se começou a espalhar na Europa. A atividade económica diminuiu no primeiro trimestre em 3,6%, impulsionada pela queda tanto da procura interna como externa. A despesa dos consumidores caiu, em grande parte devido ao encerramento de empresas não essenciais e ao aumento da incerteza sobre as perspetivas de emprego. Assim, o **défice conjugado dos países da Zona Euro vai subir de 0,7% do PIB em 2019 para 7,5% este ano, superando o défice registado na crise financeira em 2010 (6,3%), que é o mais alto registado pelos países que partilham o euro.** No entanto, esse valor fica abaixo da média mundial de 9,9% e dos 15,4% previstos para os EUA, o dobro da Zona Euro, o que sugere que, tal como aconteceu na anterior crise, a resposta orçamental na Europa tenderá a ser mais tímida.

Portugal deverá sofrer uma das mais pesadas recessões num grupo de 14 países analisados num novo estudo. A dívida dará um dos maiores saltos.

O défice público nacional vai disparar até perto de 11% do produto interno bruto (PIB) e a dívida pública sobe até quase 146% do PIB, o mesmo que dizer que o país sairá desta crise com o quarto maior fardo de endividamento no mundo desenvolvido (algo que aliás já assim era antes da pandemia).

A União Europeia tem sido várias vezes acusada neste processo de ter reagido tarde e com poucos meios. Para muitos, inclusive para o Primeiro-Ministro António Costa, este não é apenas o maior desafio que a União enfrenta desde 1950, é mesmo aquele que poderá vir a ditar o fim da própria União.

A Juventude Popular reconhece que a UE e os seus Estados-Membros foram lentos a reagir e, essencialmente, numa fase em que já era público e conhecido o que estava a acontecer na China, quando já a OMS alertava para o risco deste vírus ser uma real ameaça à qual nenhum país conseguiria fazer face sozinho e quando vários especialistas alertavam já que mesmo os sistemas de saúde mais avançados e desenvolvidos seriam fortemente atacados, a UE foi demasiado lenta a antecipar e a preparar-se para a catástrofe que se adivinhava. A não compreensão do que aí vinha levou à desorganização e à adoção de medidas polémicas como a recusa por parte de França e Alemanha de doarem equipamento médico a Itália – que teve de recorrer ao apoio Chinês - ou à atitude de vários países fecharem as suas fronteiras sem se consertarem com os seus países vizinhos. Neste ponto em particular, **a JP sublinha que esse deve ser um poder conferido aos Estados e que estes devem fazer uso do mesmo quando sentirem necessidade**. No entanto, consideramos que, dado o facto da crise ser global, que os países poderiam ter cooperado melhor neste aspeto. Para além disso, o próprio debate à volta das *Euro / Coronabonds* foi também ele resultado duma UE desorganizada, precipitada e que mostrava sinais de pânico quando aquilo que se pedia era liderança e serenidade.

No entanto, a Juventude Popular salienta também a solidariedade demonstrada por vários países, como por exemplo a Roménia que enviou equipas de médicos para operarem noutros países, ou por exemplo o facto da Alemanha ter recebido doentes vindos de outros países.

Mais ainda, relembramos que as medidas adotadas pela Comissão Europeia e aprovadas pelos Estados-Membros foram essenciais para evitar uma desgraça maior que ameaçava aparecer em consequência da falta de liquidez das empresas para fazer face a custos fixos. Essas medidas foram importantes para que muitos empregos e salários se mantivessem. Falamos de medidas tais como a **ativação da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e**

Crescimento (PEC) permitindo suspender as regras de disciplina orçamental dos Estados-Membros, ou o **aumento e flexibilização dos auxílios de Estado**, aumentando as ajudas diretas dadas pelos Estados às empresas, ou ainda o **novo instrumento de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE em inglês)** que visa contribuir para proteger os postos de trabalho e os trabalhadores afetados pela pandemia.

É também de sublinhar o papel desempenhado pelo Banco Central Europeu -que voltou a ter o seu momento de “whatever it takes” - e **anunciou um programa de compra de ativos, no valor de 750 mil milhões de euros, destinados a estimular as economias.**

Sobre o futuro da UE, na Juventude Popular preferimos não adotar um discurso catastrofista, até porque não temos dados suficientes para poder fazer uma previsão desse género. As duas prioridades devem ser: combater o vírus e recuperar a economia. Podemos, no entanto, antever aquela que será a discussão sobre que tipo de União Europeia teremos no pós COVID-19.

IV. A UE e o Futuro

Importa agora destacar alguns temas que serão alvo de debate no médio e longo prazo e que podem vir a resultar em alterações profundas à UE que conhecemos hoje. Pela primeira vez, os EUA foram e continuam a ser praticamente irrelevantes na busca de soluções concretas e a curto prazo. Mais do que isso, parece que as atenções Americanas se têm centrado mais no combate à propaganda Chinesa – também muito relevante – do que a liderar o combate Mundial à pandemia.

Enquanto uns dirão que a UE só funciona se for um Estado federal ao invés duma organização supranacional, outros dirão que esta é a prova irrefutável que em momentos de crise, a UE não é capaz de se impor, que a globalização falhou e que os Estados se devem fechar.

A Juventude Popular acredita que a moderação é a melhor solução para os desafios identificados. A União Europeia poderá não vir a ser a mesma, mas mesmo isso é preciso que se perceba o que significa. No entanto, afirmamos já o seguinte: **Acreditamos que a UE deve ser protegida e que não deve desaparecer, que a globalização não falhou e que os Estados não ficam melhor sozinhos. Por outro lado, é inegável que a UE foi lenta a atuar, que foi incapaz de gerar consenso e que isso a pode ter fragilizado de forma permanente.** Ora, se tudo isto é verdade, também o é o seguinte: **A UE em que acreditamos é a melhor solução para os problemas que enfrentamos.** Precisamos de uma UE subsidiária, que seja forte e célere nos assuntos da sua competência, continuando os Estados a ser os protagonistas deste projeto.

Resumidamente, precisamos de mais cooperação. Não precisamos de mais integração.

IV.1 Modelo Institucional – A Defesa da Europa de Estados

O discurso sanitário que tem o seu foque neste momento, será menos debatido no futuro, mas é importante salientar que as competências relacionadas com a saúde e sistemas de saúde pertencem aos Estados-Membros. **A JP continua a defender que assim seja**, mas sublinha também que o princípio da subsidiariedade permite que em certos momentos, os países possam recorrer ao bloco europeu para uma ação conjunta, quando sintam que assim prosseguem melhor os objetivos a que se propõem.

É isso que a JP sugere:

- **Propomos que seja criado um mecanismo de compra conjunta de medicamentos e equipamentos, levando à criação de *stock* suficiente que possa ser alocado consoante as necessidades. Este mecanismo poderá ser aliado ao recentemente criado *RescEU* que poderia ser alargado a situações que atacam todo o continente e não apenas parcelas do mesmo;**

Neste ponto, a clivagem de posições será evidente. Por um lado, uns dirão que a União Europeia só poderá funcionar se existir uma política orçamental que acompanhe a já política monetária na zona euro. Isto significa que o processo de integração se deverá aprofundar ainda mais. **Significa um processo de federalização da zona euro.** A isto acrescenta-se que a emissão de euro/coronabonds, especialmente se feita por uma Instituição Europeia, levará inevitavelmente a que seja criada uma hierarquia formal entre países. Quer isto dizer que uns se conseguirão impor a outros. Aqueles com maior fulgor financeiro e com dívidas mais baixas, liderarão o processo e, pelo facto de ser graças a eles que o acesso ao crédito fica facilitado e mais barato para os outros, poderão ditar as regras a que os restantes deverão obedecer.

- **Quanto a este ponto, devemos ser claros. A Juventude Popular opõe-se claramente à emissão de *euro/coronabonds*.** Principalmente quando emitidas por uma Instituição Europeia como pedido na carta enviada por nove países, incluindo Portugal, ao Presidente do Conselho Europeu. A sua emissão significa um passo inegável na direção duma Europa Federal, uma UE de transferências, de risco partilhado e que, a seu tempo, exigiria o aumento do orçamento da UE e que esta fosse sustentada por um sistema próprio de tributação, levando à necessidade de haver uma união fiscal. **As *Eurobonds* foram sempre a linha mais vermelha no debate da integração económica.** Foi aliás aquilo que permitiu a muitos países aderirem à moeda única, garantindo aos seus

eleitorados que a UE não se transformaria numa UE de transferências. Este discurso é perigoso, pois visa aproveitar-se dum momento difícil para todos os povos da EU, para assim levar avante uma agenda que pretende a Federalização da Europa;

- Em alternativa às *Eurobonds* **deve recorrer-se, em momentos como o que continuamos a atravessar, ao Mecanismo Europeu de Estabilidade** criado na sequência da última crise e que visa ajudar os países em necessidade. Aceitamos a decisão de que os gastos relacionados com a saúde não sejam alvo de condicionalidades e acolhemos bem a decisão de que condicionalidades existam para outros gastos;
- De acordo com o plano de recuperação económico europeu, especificamente com o ***Next Generation EU*** – falamos especificamente do [novo instrumento de recuperação, *Next Generation EU*](#), integrado num orçamento de longo prazo da UE, apresentado no dia 27 de Maio – o que preocupa a Juventude Popular é que no debate que decorreu no Parlamento Europeu se tenha **definido que para esta recuperação ser efetiva, necessitará de emissão de dívida por parte da Comissão Europeia (que é diferente do inicialmente previsto e pedido por exemplo por Itália, de ter países a emitir dívida que seria mutualizada) e que essa emissão deverá ser paga no futuro através de “recursos próprios”, o que significa impostos Europeus (desde logo sobre o carbono e serviços digitais). Este é um passo federal. Estas medidas significam que a Europa se irá federalizar. Apesar de compreendermos a dimensão da crise, opomo-nos a estas opções.**

Para além disto, se se vier a federalizar orçamentos, acabará por se discutir a fiscalidade e algum instrumento institucional que coordene estas dimensões

Isto significa algo muito preocupante: **está em preparação uma verdadeira harmonização fiscal**. Esta intenção é desde logo clara pela vontade anunciada de Comissários Europeus **de terminar com a regra da unanimidade em matérias fiscais no Conselho**. Este discurso é acompanhado pela proclamação feita pela Comissão Europeia de que se deverá combater os “regimes fiscais nocivos”, como o Holandês, por exemplo. O triunfo daqueles que ambicionam uma Europa uniforme está perto e os impostos Europeus estão já na agenda da Comissão, como são exemplos os ***Carbon Border Adjustment Mechanism*** e o ***European Digital Tax***. A competitividade fiscal está em risco e a ser atacada.

- **A JP assume-se defensora** duma Europa assente no mercado livre e na concorrência e opõe-se a uma Europa uniforme com capacidade tributária própria. Opomo-nos, por isso à criação de impostos Europeus e ao fim da regra da unanimidade em matérias de fiscalidade;
- **A Juventude Popular opõe-se** à criação dum orçamento da zona euro, na medida em que essa decisão tornará a federalização da economia quase inevitável e levará, conseqüentemente, a federalização da UE;
- **A Juventude Popular continua a acreditar e a defender** um modelo Europeu assente nos estados –membros. A UE deve ir tão longe quanto aquilo que os Estados permitirem. Se há uma conclusão a retirar é que este é o modelo que traz as respostas que a Europa necessita. Os Estados devem preparar-se para situações complicadas e devem poder fazê-lo ao ritmo que desejarem. Mais do que isso, deverão poder ter a liberdade de tomar as decisões que considerem mais úteis, sem terem de esperar por ordens vindas dum governo Europeu centralizado. **É nos Estados que reside a soberania Europeia.** Querer retirar-lhes o poder de decisão nestas situações, significaria que eles ficariam reduzidos a meras regiões europeias. A Juventude Popular acredita que os Estados são capazes de tomar as melhores decisões, quando têm condições para isso. Defender uma Europa Federal significaria retirar o poder de decisão aos Estados, significaria criar um poder centralizado que lhes ordena, significaria perder o elo da solidariedade e substituí-lo pelo da obrigatoriedade;
- **A Juventude Popular** acredita que a salvação do projeto Europeu reside na manutenção da sua legitimidade nos Estados. Querer centralizar e aprofundar a integração, levaria ao fim do projeto Europeu. É por sermos Europeístas que nos opomos à Europa uniforme, centralizada e Federal;

II.2 Modelo da Recuperação económica

Estando ainda em discussão o modelo de recuperação económica (ver [comunicação da comissão europeia](#) em debate no Conselho e Parlamento Europeu), já se percebeu que as prioridades Europeias serão a transição climática, digital e a resiliência (autonomia) da Europa (tudo isto para se autonomizar face aos EUA e à China). Neste caso concreto, assistimos a um modelo de

recuperação profundamente estatista. A recuperação assenta em prioridades públicas e objetivos públicos e dinheiros públicos que passam pela injeção pública de capitais em empresas privadas primeiro, e uma definição centralizada de prioridades públicas e privadas. Estamos perante uma definição pública de prioridades para investimentos privados.

Já muitos já desejavam que a resposta a este desafio residisse no Keynesianismo, que o Liberalismo havia falhado e que se tinha finalmente provado que o Estado deve ser planificador e intervencionista. **A Juventude Popular acredita que essa ideia está profundamente errada que se desta crise se podem retirar conclusões é exatamente a de que nunca estivemos tão bem preparados para lidar com uma crise desta gravidade como agora. Isso deve-se à livre concorrência, à competição entre Estados, a livre circulação de bens, serviços, capitais e de dinheiro. Essa é a receita de sucesso da UE. É isso que nos permite evoluir, apostar na investigação e inovação e chegar a resultados. Continuaremos a defender que são as empresas a criar riqueza e, apesar de numa primeira fase o Estado ser importante para manter a economia viva, depois esse papel pertence essencialmente ao indivíduo, ao empreendedor, ao investidor. Isso não deverá mudar e a JP será a voz de defesa do liberalismo económico para a recuperação da economia no médio e longo prazo.**

Outro ponto de debate são as condicionalidades de cariz ambientais. Este discurso não é novo – O [European Green Deal](#) e a [Taxonomia](#) já o tinham comprovado.

- **A Juventude Popular rejeita** integralmente um discurso que seja, na verdade, profundamente anti-capitalista e que tem por objetivo atacar os modos de vida das pessoas e tudo o que se conquistou no período que se seguiu à II Guerra Mundial. **A Juventude Popular rejeita** que as empresas se vejam impedidas de voltar à atividade devido às condicionalidades ambientais impostas às mesmas. É certo que a transição climática é importante, mas **no imediato, o importante é garantir a sobrevivência das empresas e a manutenção de postos de trabalho e de salários**. Falamos, em particular das companhias aéreas.
- **A JP considera essencial** que a transição climática não esqueça e que defina como prioridades a aposta no Hidrogénio – verde de preferência, mas não só – à utilização do gás natural principalmente durante o período de transição, que as grandes empresas e companhias não sejam afastadas do âmbito do Fundo de Transição Justa (FTJ), que as empresas que já encetaram esforços no sentido de cumprir com os objetivos estabelecidos no *European Green Deal*, não sejam agora prejudicadas nos fundos que

eventualmente recebam (em particular do FTJ) e, em particular, é de garantir que o FTJ não seja financiado através de fundos que estariam destinados à coesão e que sejam daí desviados. A coesão não pode sair prejudicada;

- **A Juventude Popular alerta** ainda para o aumento de situação de crédito mal parado que, especificamente para Portugal é muito preocupante (como foi na crise de 2008). Neste sentido, a JP alerta para a necessidade dos bancos conservarem capital de forma a não prejudicar a disponibilização de fundos Europeus;

Há ainda um outro problema que se coloca. A JP exorta os governos da União Europeia que o *Multiannual Financial Framework* (MFF) - e cuja proposta da Comissão está atualmente a ser discutida - deve ser aprovado até ao final do ano. Não ter um orçamento da UE aprovado, significaria que a maioria dos programas de apoio aos países nem sequer existiriam. Isto significaria que a distribuição feita aos países seria prejudicada, havendo por exemplo consequências negativas para Estados-Membros que, como Portugal, dependem bastante dos fundos de coesão. De forma semelhante, o apoio europeu à inovação e investigação pararia e os investimentos do Banco Europeu de Investimento seriam negativamente impactados, na medida em que dependem do orçamento europeu.

- **A JP defende que, se não houver acordo (pouco provável) até ao final do ano de 2020, que o atual MFF seja adiado por mais um ano até ao final de 2021.**

V. A Importância do Transatlantismo

Nesta pandemia, os EUA não foram um ator influente. Neste momento é tempo de pensar na necessidade de se exigir um transatlantismo renovado.

Os EUA lideraram o combate a epidemias anteriores, como o Ébola e o HIV. Agora, os EUA demitiram-se dessa função e mostraram falta de liderança e de organização interna. É a China – que escondeu o vírus durante semanas permitindo que se espalhasse de forma incontrolada – que está a querer liderar o caminho. Por outro lado, a China procurará liderar a ordem mundial (não significa que venha a conseguir) e isso poderá ser particularmente visível na questão do 5G.

A União Europeia é mais forte quando atua com o manto de “Ocidente”. A Europa ganha quando o Ocidente atua por objetivos comuns. **A Europa não tem de se autonomizar e tornar num Estado que rivalize com EUA e China.** A UE tem apenas de garantir que protege os seus cidadãos e que, de forma subsidiária, ajuda os Estados Membros naquilo que pode e que são as suas competências. A tentativa de tudo centralizar para poder rivalizar, poderá acabar com o projeto europeu.

- **A UE em que acreditamos assenta nos Estados, tem um poder supranacional sim, mas tem que ser iminente atlântico e ocidental. Só assim é forte e capaz de se impor. A Europa que regula tem o seu papel no mundo e isso não poderá ser ignorado**

VI. Liberdades

Da monitorização dos cidadãos em democracias como a sul coreana, aos abusos em regimes como o chinês, passando pela disponibilidade de muitos no Ocidente para abdicar de liberdade e privacidade em troca de segurança, o tema da liberdade pode ser essencial. Questões como o abuso de poderes e a rampa deslizante iliberal em democracias já de si frágeis, será um tema essencial.

O “sucesso Chinês” no combate ao Coronavírus pode levar muitos a considerar que em tempos de crise, só os regimes autocráticos são eficazes a combater. Isto aliado à necessidade das pessoas se sentirem seguras, poderá levar muitos a ser capazes de abdicar de liberdade em prol de mais segurança, de permitir que a tecnologia consiga ter um acesso quase ilimitado a dados das pessoas, para que todos saibamos o que o nosso vizinho esteve a fazer ou onde esteve. **A Juventude Popular defende as liberdades individuais e o respeito por um espaço pessoal inviolável e vedado ao Estado.** O exemplo não deve vir da China, mas sim de Democracias Liberais que combateram bem o vírus como a Coreia do Sul. Deverá ficar bem esclarecido que medidas securitárias que diminuem a liberdade das pessoas – como o Estado de emergência – são apenas aceitáveis em casos de enorme exceção. De resto são totalmente inaceitáveis. No Pós-Covid-19 a **Juventude Popular** bater-se-á pela defesa das liberdades, pelo repúdio do controlo da Economia pelo Estado ou mesmo dos meios de comunicação social como é vontade do *Podemos* em Espanha, ou que se governe por Decreto sem oposição parlamentar como vimos na Hungria de Orbán.

As liberdades individuais devem ser respeitadas e este Estado de exceção deve ser isso mesmo, de exceção. Os Estados não podem aproveitar esta oportunidade para se tornarem autoritários.

O exemplo a seguir não vem da China, que escondeu informação. A resposta está nas democracias liberais que com respeito pelo cidadão, permitem a inovação, a evolução da ciência, a procura de novos medicamentos e vacinas. Que cooperam e fazem do Ocidente o espaço das liberdades e que proporcionam aos seus cidadãos o melhor nível e qualidade de vida no mundo. As Democracias Liberais que responderam a tempo ao problema também tiveram ótimos resultados (Coreia do Sul, Taiwan). O problema não foi o modelo. Foi o *timing*.

O que esta pandemia nos deve levar a concluir é que não precisamos de mais nacionalismo para a superar, mas sim mais multilateralismo e a convicção de que o poder normativo que tem caracterizado a União Europeia não se pode perder. Com regras mais eficazes, mais cooperação, mais informação partilhada, o mundo teria já dado uma resposta mais eficaz.

A UE que se seguirá após esta pandemia demonstrará que uma “ever closer Union” não é possível. **A Juventude Popular reafirma a certeza de que a UE só sobreviverá enquanto continuar a ser um projeto de Estados que voluntariamente partilham soberania e cooperam a um nível supranacional.** Reforçamos o que dissemos no início. Precisamos de mais cooperação e não de mais integração.